

O Sistema de Freios e Contrapesos no Poder Judiciário: uma análise de sua estrutura e funcionamento à luz da Constituição Federal de 1988

Autor(res)

Tiago Henrique Souza Nobre Cleidimar Silva Franca Rezende Oziel Rodriques Soares

Categoria do Trabalho

2

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Este artigo analisa os limites e competências do Poder Judiciário no sistema republicano brasileiro, com base na Constituição de 1988. Enfatiza-se o papel do Judiciário no equilíbrio entre os Poderes por meio do sistema de freios e contrapesos, destacando os desafios da judicialização da política e do ativismo judicial. O Poder Judiciário exerce papel fundamental nesse contexto, especialmente ao realizar o controle de constitucionalidade e julgar atos de outras esferas de poder. No entanto, sua atuação tem gerado debates sobre os limites constitucionais, especialmente diante da crescente judicialização da política e do ativismo judicial.

Objetivo

Analisar a estrutura, as competências e os limites constitucionais do Poder Judiciário no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, com foco no funcionamento do sistema de freios e contrapesos entre os Poderes da República.

Material e Métodos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental. Utiliza-se a Constituição Federal de 1988, obras doutrinárias e decisões do STF para examinar os limites e competências do Poder Judiciário no sistema de, freios e contrapesos, por meio de estudo exploratório e crítico. Também foram, examinadas decisões relevantes do Supremo Tribunal Federal (STF), que ilustram a atuação do Poder Judiciário como mecanismo de controle sobre os demais Poderes, possibilitando uma reflexão crítica sobre os limites e "competências judiciais no, sistema de freios e contrapesos...

Resultados e Discussão

A análise da Constituição Federal de 1988 evidencia que o Poder Judiciário possui



importantes instrumentos para exercer controle sobre os demais Poderes, como o controle de constitucionalidade das leis, o julgamento de autoridades com foro privilegiado e a atuação por meio de ações diretas no Supremo Tribunal Federal. Esses mecanismos revelam a centralidade do Judiciário na preservação da ordem constitucional e na defesa dos direitos fundamentais.Entretanto, a atuação judicial tem sido alvo de críticas quanto à sua extensão e intensidade, especialmente diante de episódios de judicialização da política. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, tem protagonizado decisões com forte impacto político, como em julgamentos relacionados ao combate à corrupção, à pandemia de COVID-19 e à definição de políticas públicas, o que suscita debates sobre o ativismo judicial e os limites da função jurisdicional.Por outro lado, o sistema de freios e contrapesos não se resume à atuação do Judiciário.

Conclusão

O sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal de 1988 é essencial para garantir o equilíbrio entre os Poderes da República e a preservação

do Estado Democrático de Direito. Dentro desse arranjo, o Poder Judiciário ocupa posição estratégica, atuando como garantidor da Constituição e dos direitos

fundamentais. A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que, embora o Judiciário tenha importantes competências de controle, sua atuação deve se

manter dentro dos limites constitucionais, evitando excessos que possam comprometer a harmonia entre os Poderes. A crescente judicialização de questões

políticas e sociais, assim como o ativismo judicial, exigem reflexão crítica e constante vigilância democrática. Conclui-se que o fortalecimento institucional do Brasil depende do respeito à separação dos poderes e da atuação responsável de cada um deles.

Referências

"BARROSO, Luís Roberto. _O Novo Direito Constitucional Brasileiro_. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019."

"CANOTILHO, J. J. Gomes. _Direito Constitucional e Teoria da Constituição_. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2003."

"MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. _Curso de Direito Constitucional . 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020."

"BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988."

"STF - Supremo Tribunal Federal. _Jurisprudência relevante sobre controle de constitucionalidade e ativismo judicial_. Disponível em: https://www.stf.jus.br. Acesso em: 20 abr. 2025."